



Centro Universitário De Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS
Curso de Bacharelado em Direito

JOSÉ RUBENS FUXREITER SANTORO

**O QUESTIONAMENTO SOBRE A VALIDADE DA CLÁUSULA DE RAIO NOS
CONTRATOS DE *SHOPPING* CENTER: uma análise sobre a perspectiva
concorrencial**

BRASÍLIA
2019

JOSÉ RUBENS FUXREITER SANTORO

**O QUESTIONAMENTO SOBRE A VALIDADE DA CLÁUSULA DE RAIO NOS
CONTRATOS DE *SHOPPING CENTER*: uma análise sobre a perspectiva
concorrencial**

Artigo científico apresentado como
requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em direito pela Faculdade de
Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do
Centro Universitário de Brasília (Uniceub).

Orientador: Professor Msc. Humberto
Cunha dos Santos

BRASÍLIA
2019

JOSÉ RUBENS FUXREITER SANTORO

**O QUESTIONAMENTO SOBRE A VALIDADE DA CLÁUSULA DE RAIO NOS
CONTRATOS DE *SHOPPING CENTER*: uma análise sobre a perspectiva
concorrencial**

Artigo científico apresentado como
requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em direito pela Faculdade de
Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do
Centro Universitário de Brasília (Uniceub).

Orientador: Professor Msc. Humberto
Cunha dos Santos

BRASÍLIA, 2019

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador

Professor avaliador

O QUESTIONAMENTO SOBRE A VALIDADE DA CLÁUSULA DE RAIOS NOS CONTRATOS DE *SHOPPING CENTER*: uma análise sobre a perspectiva concorrencial

José Rubens Fuxreiter Santoro

Resumo

O presente artigo visa analisar a cláusula de raio e a sua legalidade, bem como o confronto dos argumentos da possível violação aos princípios constitucionais da livre concorrência e da livre iniciativa contra o da mera liberdade contratual e da preservação do *tenant mix* do *Shopping Center*. Irá se analisar o papel do Conselho Administrativo de Defesa Econômica na defesa da concorrência nacional, bem como estudo do emblemático caso do *Shopping Iguatemi* de São Paulo, onde as decisões administrativa e judicial foram conflitantes.

Palavras-chave: Contratos de *Shopping Center*. Cláusula de raio. Defesa da concorrência. *Shopping Iguatemi*. Livre concorrência. Livre iniciativa.

Abstract

This article was made to to analyze the radius clause and its legality, as well as the confrontation between the arguments of the possible violation to the constitutional principles of free competition and the free initiative against the mere freedom of contract and the preservation of the tenant mix organization made by a Shopping Center. It will analyze the role of the Administrative Council of Economic Defense in the defense of national competition, as well as a study of the emblematic case of Shopping Iguatemi in São Paulo, where administrative and judicial decisions were conflicting.

Keywords: Shopping Center contracts. Radius clause. Competition defense, Shopping Iguatemi. Free competition and free initiative.

Sumário

Introdução. 1. A função da cláusula de raio no *tenant mix* de um *Shopping Center*. 2. Os princípios norteadores que ditam a atividade econômica no Brasil. 2.1 O papel do CADE na defesa da ordem econômica. 3. Os casos e a jurisprudência do CADE sobre a cláusula de raio. 3.1. O CADE contrário à cláusula de raio. 3.2. O poder judiciário a favor da cláusula de raio. Considerações finais.

Introdução

Na sociedade moderna, é prudente afirmar que os *Shoppings Centers* são fenômenos não só econômicos como também sociológicos. É um espaço tido como híbrido por misturar características de urbano com outras de privado, aliando a oferta de produtos e serviços destinados majoritariamente ao lazer.

Estima-se que o surgimento e popularização desse formato de centro comercial tenha tido início após a segunda guerra mundial, onde a Europa e os Estados Unidos estavam em grande crise financeira após a enorme quantidade de gastos bélicos e precisavam de alguma forma de incentivo à população para consumir.¹

A natureza desses centros e a ideia em torno deles são no mínimo admiráveis. Um local que abriga, previamente organizado pelo *tenant mix*, uma quantidade enorme de comerciantes varejistas de diversos ramos com estruturas totalmente agradáveis, enormes estacionamentos, climatização perfeita, música ambiente, tudo para manter o cliente por lá a maior quantidade de tempo possível, incentivando o tempo todo a sua vontade de comprar e consumir.

Porém, os contratos feitos entre as marcas representadas pelos lojistas, e o empreendedor, dono do espaço comercial, são diferentes dos diversos contratos de locação existentes no mundo jurídico. Os mesmos são feitos com mínima regulamentação legal, o que gera uma ampla liberdade pactual entre as partes contratantes.

Tal liberdade essa que é amplamente discutida por quem trata sobre esse assunto, principalmente no que tange às capacidades do dono do centro comercial de estabelecer normas e limites aos lojistas.

Uma dessas cláusulas, que acaba por gerar problemas e conflitos doutrinários e jurisprudenciais, é a cláusula de raio.

A cláusula de raio é firmada nos contratos de locação de *Shopping Centers* para que haja uma exclusividade territorial, em que o lojista não pode se instalar no mesmo ramo de comércio por ele exercido, dentro de raio pré-determinado daquele centro comercial. A intenção de tal cláusula é a de prevenir comportamentos oportunistas, onde se aproveita da clientela atraída pelo *Shopping* para empreender e lucrar sobre a mesma.

Porém, há um embate para saber se essas cláusulas ofendem ou não os princípios da livre concorrência e da livre iniciativa, ambos previstos constitucionalmente. Para isso, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE vem lidando com casos e mais casos de grandes *Shoppings Centers* e suas estipulações contratuais quanto ao raio de concorrência de seus lojistas.

¹ BASÍLIO, José Augusto. **Shopping centers**. Rio de Janeiro, Renovar, 2005, p.1.

Ainda não há entendimento jurisprudencial pacificado sobre este tema, o que faz com que as discussões sejam ricas de argumentos para ambos os lados. Os *shoppings* argumentando em torno da necessidade da mesma para a manutenção de sua estrutura, para atrair seus consumidores, enquanto os lojistas focam na possível afronta direta aos princípios constitucionais que protegem o direito de empreender livremente.

1 A função da cláusula de raio no *tenant mix* de um *Shopping Center*

Como forma de estratégia de mercado, os *Shopping Centers* são feitos desde a origem visando atrair público, consumidores. Toda a estrutura do local é construída pensando nisso: diversas saídas de ar-condicionado para climatizar o ambiente, enormes estacionamento para não se preocupar com a dificuldade para estacionar ou com a segurança de seu carro, diversos estabelecimentos de lazer que costumam atrair tanto as famílias quanto os jovens/crianças, praças de alimentação com os mais variados tipos de comida para que a pessoa possa passar horas lá sem sentir fome. Enfim, pode-se enumerar dezenas de pontos estruturais estratégicos para atrair o consumidor para aquele local. Mas nenhum é mais importante que o *tenant mix*. Como cita Edilson Enedino²:

A concentração e a combinação do acesso de produtos e serviços de vários setores correspondem ao 'tenant mix' do shopping center – grupos de interesses diversificados que se revelam integrados para atrair os consumidores.

O autor também cita as categorias de um *tenant mix*³, que acaba por diferenciar as lojas de acordo com o espaço ocupado e a quantidade/tipo de público alvo. Tem-se as seguintes categorias.

As lojas-âncora ocupam espaço de 1.000 metros quadrados ou mais e são marcas já estabelecidas e consolidadas no mercado, como por exemplo, hipermercados e lojas de departamento. Essas lojas acabam por ser um dos maiores atrativos de um *shopping center*.

² ENEDINO DAS CHAGAS, Edilson. **Direito Empresarial Esquematizado**. 4 ed. Brasília, DF: Editora Saraiva Jur, jan./2017, p.704

³ ENEDINO DAS CHAGAS, Edilson. **Direito Empresarial Esquematizado**. 4 ed. Brasília, DF: Editora Saraiva Jur, jan./2017, p.704

As megalojas também se encarregam de grande atração consumerista, por serem lojas de grande porte que acabam por variar nos objetos sociais em que atuam. Variam entre lojas de vestuário, eletrodomésticos, brinquedos e etc.

As lojas satélite são de menor porte, porém também explorando diversas áreas de comércio assim como as megalojas.

As lojas de conveniência e serviços se encarregam de serviços mais específicos e diferenciados, como o caso de farmácias, agências bancárias, lotéricas e etc.

Os estabelecimentos de lazer, que servem para o entretenimento de quem frequenta o *shopping center*, muitas vezes focando em atrair público especificamente para eles e assim, levar ao mesmo tempo essas pessoas para as outras lojas. São exemplos de estabelecimentos de lazer os cinemas, boliches, parques, etc.⁴

Um importante aspecto do planejamento dos *Shoppings* é que a sua rentabilidade não depende somente de atrair para si um conjunto diversificado de lojistas de diversos segmentos do mercado varejista, mas também o de atrair um sub-conjunto mais restrito, dentro dos maiores segmentos, formado por lojas-âncoras de marcas mais reconhecidas pelo público-alvo do empreendimento. Essas poucas lojas geram forte tráfego de clientes para o centro comercial. Tal efeito é tão grande, que estudos americanos comprovam que, comumente, tais lojas recebem benefícios por parte do empreendedor do *Shopping* para que fiquem ali, como cita Gould:

Os proprietários de shopping centers normalmente contam com lojas âncoras para gerar tráfego de clientes para o shopping, e a importância dessas externalidades é imediatamente aparente nas estatísticas de resumo. A característica mais marcante dos contratos-âncora é que a maioria das âncoras não paga nenhum aluguel ou paga apenas uma quantia trivial. 73% das lojas âncoras não pagam nada para o desenvolvedor, em contraste com 0% para lojas sem âncora.

[...]

Dado que a loja âncora média ocupa 17% do espaço total em um shopping e há uma média de 3,4 âncoras por shopping, dar espaço para âncoras é um esforço muito caro para o desenvolvedor. Portanto, para justificar esse comportamento como racional, parece provável que o desenvolvedor esteja compensando a âncora pela geração de tráfego para o shopping e, assim, permitindo que o desenvolvedor cobre aluguéis mais altos pelo espaço restante.

[...]

⁴ ENEDINO DAS CHAGAS, Edilson. **Direito Empresarial Esquematizado**. 4 ed. Brasília, DF: Editora Saraiva Jur, jan./2017, p.704 e 705

as lojas que se beneficiam das externalidades geradas pelas âncoras são, de fato, cobradas de um prêmio por elas, de modo que o preço e a alocação de espaço sejam eficientes dentro do shopping. (tradução nossa)⁵⁶

O *tenant mix* se mostra como parte fundamental para a organização do *Shopping* e seu potencial para atrair clientes. Nessa linha de pensamento que surge a função da cláusula de raio nesses contratos. Pedro Paulo Salles Cristofaro pontua:

As cláusulas de raio atuam como forma de preservar o potencial que cada lojista tem de atrair público para o *shopping*, o que tem impacto na própria formação e manutenção do *tenant mix*.⁷

Desta forma:

[...] visa a proteger sua clientela, a qual é fruto do *tenant mix* e de esforços integrados de promoção e marketing, impedindo que tal clientela seja desviada para outro estabelecimento que não se integre no sistema do *shopping center*.⁸

Assim, tem-se que a exigência de uma cláusula de raio não teria o escopo de proteger o empreendedor, mas o próprio *Shopping Center* em si. Qualquer mudança dentro do raio de influência de um *Shopping*, por instalações de mesma bandeira nestes locais próximos, poderia gerar falta de interesse no consumidor em frequentar o mesmo, afastando clientela do centro comercial como um todo e prejudicando toda a estrutura e seu planejamento.⁹

⁵ GOULD, D, PASHIGIAN, B. P. e PRENDERGAST, C. **Contracts, Externalities and Incentives in Shopping Malls**. Review of Economics and Statistics. 2005. Vol. 87, No. 3, p. 413.

⁶ Mall owners typically count on anchor stores to generate customer traffic to the mall, and the importance of these externalities is immediately apparent in the summary statistics. The most striking feature of anchor contracts is that most anchors either do not pay any rent or pay only a trivial amount. 73% of anchor stores pay nothing to the developer, in contrast to 0% for non anchor stores.

[...]

Given that the average anchor store takes up 17% of the total space in a mall and there are an average of 3.4 anchors per mall, giving away space to anchors is a very costly endeavor for the developer. Therefore, in order to justify this behavior as rational, it seems likely that the developer is compensating the anchor for generating traffic to the mall, and thereby enabling the developer to charge higher rents for the remaining space.

[...]

stores that benefit from the externalities generated by anchors are indeed charged a premium for them, so that the pricing and allocation of space are efficient within the mall

⁷ CRISTOFARO, Pedro Paulo Salles. **As cláusulas de raio em shopping centers e a proteção à livre concorrência**. Revista de Direito Renovar. Vol. 36, p. 49-73, set./dez., 2006, p.55.

⁸ CRISTOFARO, Pedro Paulo Salles. **As cláusulas de raio em shopping centers e a proteção à livre concorrência**. Revista de Direito Renovar. Vol. 36, p. 49-73, set./dez., 2006, p.59.

⁹ CRISTOFARO, Pedro Paulo Salles. **As cláusulas de raio em shopping centers e a proteção à livre concorrência**. Revista de Direito Renovar. Vol. 36, p. 49-73, set./dez., 2006, p.58.

Logo, essa previsão gera questionamentos quanto à sua validade por possível afronta aos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência.

2 Os princípios norteadores que ditam a atividade econômica no Brasil

A Constituição Federal de 1988 trouxe previstos em seu artigo 170, os princípios da livre iniciativa e a livre concorrência.¹⁰

O princípio da livre iniciativa do referido artigo se diferencia do previsto no artigo 1º, IV da mesma Constituição quanto à abrangência, sendo a do primeiro artigo da carta magna mais amplo, e o do 170 mais focado na dimensão econômica¹¹, como preconiza Patrícia Regina Pinheiro Sampaio:

[...] a liberdade de iniciativa do art. 1º, IV, CF/88 representaria a proteção que a República confere ao indivíduo para que se realize plenamente, concretize suas aspirações e anseios livremente, estando, dessa forma, intrinsecamente ligada à dignidade humana, conforme positivado no inciso imediatamente anterior. Portanto, trata-se de proteção mais ampla, por abranger a liberdade individual, para além da sua dimensão econômica, também na esfera extrapatrimonial. O fundamento republicano de livre iniciativa tem, então, um desdobramento específico na Ordem Econômica (art.170, *caput*, CF/88), englobando liberdade de empresa, liberdade de trabalho, liberdade de produzir, liberdade de contratar.¹²

É princípio base da ordem econômica nacional, por pautar a defesa ao empresário e à atividade empresarial por ele exercida, bem como incentivar qualquer cidadão a desenvolver atividade econômica no Brasil, pois o mesmo é responsável pela circulação de bens e serviços que é pilar

¹⁰ Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

¹¹ DE SOUZA, Leonam Machado. **Efeitos da cláusula de raio nos Shoppings Centers**. 1 ed.. Rio de Janeiro: Gramma, 2015, p.63.

¹² SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. **Direito da concorrência e obrigação de contratar**. Rio de Janeiro; Elsevier, 2009, p.17.

essencial sobre o qual se constrói a ordem econômica nacional, cabendo ao Estado somente uma função supletiva.¹³

A livre iniciativa acaba sendo limitada pelo princípio da livre concorrência, sendo a segunda de certa forma “parte” da primeira, como afirma José Afonso da Silva:

A livre concorrência está configurada no art. 170, IV, como um dos princípios da ordem econômica. Ele é uma manifestação da liberdade de iniciativa e, para garanti-la, a Constituição estatui que a lei reprimirá o abuso de poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros. Os dois dispositivos se complementam no mesmo objetivo. Visam tutelar o sistema de mercado e, especialmente, proteger a livre concorrência contra a tendência açambarcadora da concentração capitalista.¹⁴

A concorrência é, de forma correta, defendida pela constituição federal, pois a lógica mercadológica é clara no que tange à nocividade de monopólios.

Um ramo empresarial que contenha um monopólio, seja estatal ou privado, tende a caminhar para a burocracia excessiva, com maus serviços prestados e preços mais altos, pois não há necessidade de se concorrer com outros pela clientela. A concorrência, como a própria palavra diz, bota um empreendedor contra o outro para que aquele que melhor ofereça o produto/serviço, por um preço mais barato, vença e angarie a clientela, beneficiando toda uma sociedade com um serviço bom e barato. Da mesma forma, caso este que esteve em alta no ramo pare de oferecer o melhor custo-benefício, haverá outras opções para o consumidor escolher.¹⁵

Desta maneira, o consumidor, através do seu livre poder de escolha, acaba por se tornar soberano sobre o mercado, como afirma Ludwig Von Mises:

A direção de todos os assuntos econômicos, na sociedade de mercado, é uma tarefa dos empresários. Deles é o controle da produção. Estão no leme e pilotam o navio. Um observador superficial pensaria que eles são os soberanos. Mas não são. São obrigados a obedecer incondicionalmente às ordens do capitão. O capitão é o consumidor. Não os empresários, nem

¹³ OLIVEIRA, Sônia dos Santos. **O Princípio da Livre Iniciativa**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 4, nº 147. Disponível em: <https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/851/o-principio-livre-iniciativa>. Acesso em: 12 nov. 2018.

¹⁴ SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 876

¹⁵ RAGAZZO, Carlos E. J. **Notas introdutórias sobre o princípio da livre concorrência**. SCIENTIA IURIS, Londrina, v. 10, 2006, p. 84-85.

os agricultores, nem os capitalistas que determinam o que deve ser produzido. São os consumidores.¹⁶

Assim, visando atingir um viés mais liberal economicamente falando, que incentiva o livre-empresendedorismo no Brasil, a Constituição Federal de 1988 se incumbiu de tutelar em seu artigo 170 a proteção a esses direitos.

A cláusula de raio entra nessa discussão por gerar dúvidas se sua estipulação é ou não uma violação a esses dois princípios tão importantes, ou se é lícita, baseada e fundamentada pela liberdade contratual, autonomia da vontade e o *pacta sunt servanda*.¹⁷

Como os contratos entre lojista e empreendedor de *Shopping Center* tem praticamente total liberdade de pactuação, é válido afirmar que a cláusula de raio surge de razões de ordem econômica e empresarial,¹⁸ sendo fruto da experiência prática do próprio mercado empresarial. Ainda, como afirma Fábio Konder Comparato, não são fruto do objeto principal deste contrato, sendo um acessório que visa o meio termo entre os interesses das duas partes contratantes: “há uma limitação convencional indireta de concorrência, isto é, uma obrigação acessória em contrato que não tem por objeto principal a regulação da concorrência”.¹⁹

Vale pontuar que esta relação entre locatário-lojista e locador-empreendedor é regida basicamente por três documentos: o Contrato de Locação, a Escritura Declaratória de Normas Complementares ao Contrato de Locação e o Estatuto da Associação dos Lojistas.²⁰

Quanto ao referido contrato de locação não-residencial celebrado entre ambos, o artigo 54 da Lei 8.245/91, baseando-se na livre iniciativa, claramente permite e autoriza a autonomia da vontade quanto ao conteúdo contratual, admitindo a existência de cláusulas próprias e únicas em cada contrato, desde que respeitadas as restrições estabelecidas principalmente pelos artigos 52, §2º e 54, caput, §1º e §2º da mesma referida Lei. Assim,

¹⁶ MISES, Ludwig Von. **O mercado**, Editora José Olympio/Instituto Liber, p. 40

¹⁷ FERREIRA, Renata da Silva. **A cláusula de raio nos contratos de Shopping Center**. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010, p. 11-12

¹⁸ FERREIRA, Renata da Silva. **A cláusula de raio nos contratos de Shopping Center**. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010, p. 13.

¹⁹ COMPARATO, Fábio Konder. **As Cláusulas de Não-Concorrência nos “Shopping Centers”**. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro. São Paulo, ano XXXIV, n.97, p. 23-28, jan./mar. 1995.

²⁰ KARPAT, Ladislau. **Locação em Geral e Aluguéis em Shopping Centers**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

somente devem ser consideradas inválidas as cláusulas favoráveis em excesso ao locador, com ausência da devida razoabilidade e ponderação para que não haja excessos.²¹

Nesse sentido, se sintetiza muito bem o coração do conflito a jurista Renata da Silva Ferreira:

Nesse contexto, a validade e eficácia das cláusulas contratuais ou disposições regulamentares que estabelecem limites ao exercício empresarial pelos lojistas-locatários nas proximidades do *shopping center* é matéria de relevância e que vem sendo enfrentada, tanto pelo CADE como pelo Poder Judiciário, na busca de uma solução para as controvérsias surgidas nas relações de locação de espaço comercial e na pacificação da guerra econômica que se manifesta por agressivas disputas comerciais de domínio do mercado e da clientela.

A grande questão que se coloca quanto ao tema é a de saber até que ponto a existência e execução da cláusula de raio, com fundamento na liberdade contratual, autonomia da vontade e *pacta sunt servanda*, é lícita ou se a imposição da cláusula se revela como conduta anticoncorrencial por constituir infração à ordem econômica (art. 170, da CRFB/88).²²

Como dito pela autora, esses conflitos vem sendo alvo de enfrentamento tanto pelo CADE, quanto pelo poder judiciário, o que será tratado nos tópicos subsequentes.

2.1 O papel do CADE na defesa da ordem econômica

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE é uma autarquia em regime especial, que exerce sua jurisdição em todo o território nacional. Em seu início, quando criado pela Lei 4.137/62 como órgão do Ministério da Justiça, seu papel era de fiscalização do regime econômico e contável das empresas. Em 1994, nova Lei modificou a competência do CADE e o transformou em autarquia vinculada ao Ministério da Justiça. Também criou o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC, formado pelo CADE, a Secretaria de Direito Econômico – SDE do Ministério da Justiça e a Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE do Ministério da Fazenda. Nesse antigo modelo, o CADE julgava condutas anticoncorrenciais e apreciava atos de fusão empresarial, que eram instruídos pelas Secretarias para posterior julgamento pelo Conselho.

²¹ FERREIRA, Renata da Silva. **A cláusula de raio nos contratos de Shopping Center**. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010, p.11.

²² FERREIRA, Renata da Silva. **A cláusula de raio nos contratos de Shopping Center**. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010, p.11.

A maior mudança na política de defesa à concorrência brasileira veio em 2012, com a entrada em vigor da Lei de Defesa da Concorrência (Lei 12.529/2011). Com ela, houve a reestruturação do SBDC, com a competência de instrução processual passando das Secretarias ao próprio CADE, este que também foi completamente reestruturado. A partir da referida Lei, o Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência passou a ser constituído pelo Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, a Superintendência-Geral e o Departamento de Estudos Econômicos, extinguindo a antiga SDE.²³

Todo esse sistema tem total respaldo constitucional. O artigo 170, inciso IV da constituição traz a previsão da livre concorrência como princípio base da ordem econômica nacional.²⁴ Do mesmo modo, apesar do teor liberal, o mesmo não representa a total liberdade que marcou os pensadores liberais clássicos como Adam Smith, que defendia que o Estado deveria deixar o mercado agir livremente, que a própria oferta e demanda geraria o equilíbrio do mesmo, a tão citada “mão invisível”.²⁵ O preceito constitucional não representa essa forma de liberdade mercantil, pois a própria carta magna no artigo 173, §4º²⁶ preceitua que a lei vai reprimir qualquer forma de abuso econômico que traga prejuízos ao mercado, o que se materializa na prática na forma do CADE.²⁷

O CADE tem uma atuação de cunho educativo, preventivo e uma atuação de cunho repressivo.²⁸

²³ **Histórico do CADE.** Disponível em: <http://www.cade.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/historico-do-cade>. Acesso em: 15 nov. 2018.

²⁴ Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

IV - livre concorrência;

²⁵ SALES, Fernando Augusto. **Novos rumos do Direito Empresarial brasileiro: a Lei nº 12.529/2011 e a defesa da concorrência.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3141, 6 fev. 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/21030>. Acesso em: 18 abr. 2019.

²⁶ Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

[...]

§4º - A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrários dos lucros.

²⁷ PAGANELLA, Marco Aurélio. **A Constituição, o princípio da livre concorrência e o sistema de mercado dual ou misto.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 9, n. 222, 15 fev. 2004. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4823>. Acesso em: 18 abr. 2019.

²⁸ TEIXEIRA, Samuel Araújo. As funções do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Breve estudo sobre o poder-dever de atuação preventiva e repressiva do CADE em face dos atos que violam a ordem econômica. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano

A atuação de cunho preventivo foca no controle dos atos de concentração. O artigo 90 da Lei nº 12.529/11 traz explicitamente como “atos de concentração” quando duas ou mais empresas anteriormente independentes se fundem; quando uma ou mais empresas adquirem, direta ou indiretamente, por compra ou permuta de ações, quotas, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou ativos, tangíveis ou intangíveis, por via contratual ou por qualquer outro meio ou forma, o controle ou partes de uma ou outras empresas; quando uma ou mais empresas incorporam outra ou outras empresas; ou quando duas ou mais empresas celebram contrato associativo, consórcio ou joint venture.²⁹

Em outras palavras, os atos de concentração que terão análise por parte do CADE são: fusão, aquisição, incorporação e joint venture.³⁰

Já a função repressiva, se dá pela apuração e julgamento de condutas que possam implicar infração à ordem econômica, ou seja, incidir no artigo 36, caput da Lei antitruste. Assim, é de extrema importância que se construa um efetivo e eficaz sistema de repressão á tais condutas, pois é alto o grau de lesividade que pode ser causado pelas mesmas.³¹

Assim, o artigo 36 da Lei 12.529/11 é bastante amplo, trazendo diversos atos e contratos que podem ser realizados ou celebrados de forma a restringir a concorrência³², dentre elas, quatro principais que são: limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; dominar mercado relevante de bens ou serviços; aumentar arbitrariamente os lucros e exercer de forma abusiva posição dominante.³³

Sobre o §3º do referido artigo, cita bem Paula Forgioni ao tratar da amplitude do artigo 36:

22, n. 5173, 30 ago. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/60089>. Acesso em: 18 abr. 2019.

²⁹ BRASIL. **Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm. Acesso em: 18 abr. 2019.

³⁰ TEIXEIRA, Samuel Araújo. **As funções do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Breve estudo sobre o poder-dever de atuação preventiva e repressiva do CADE em face dos atos que violam a ordem econômica**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 5173, 30 ago. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/60089>. Acesso em: 18 abr. 2019.

³¹ FORGIONI, Paula A. Os fundamentos do antitruste. **Editora Revista dos Tribunais**. São Paulo, 2014, 7 ed., p. 147.

³² ³² FORGIONI, Paula A. Os fundamentos do antitruste. **Editora Revista dos Tribunais**. São Paulo, 2014, 7 ed., p.134

³³ BRASIL. **Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm. Acesso em: 18 abr. 2019.

Por essa razão, o mesmo art. 36, em seu §3º, menciona série de condutas que, caso impliquem a concomitante incidência do *caput* e seus incisos, consubstanciarão infrações à ordem econômica. Frisa-se bem: o elenco do §3º é exemplificativo. No Brasil, não há “infração *per se*”, pois as condutas do §3º para serem declaradas ilícitas, necessitam de comprovação de seus efeitos abusivos ou anticompetitivos, conforme exigido pelo *caput* do art. 36.³⁴

A atuação do CADE na questão da cláusula de raio surge, de maneira repressiva, justamente por possível violação dos preceitos desse artigo, seja por limitar o exercício da livre concorrência e livre iniciativa, seja por exercer de forma abusiva posição dominante.

3 Os casos e a jurisprudência do CADE sobre a cláusula de raio

Por ser do âmbito de sua competência, de 20 anos para cá, alguns processos administrativos foram instaurados na esfera do CADE para analisar o abuso ou não da fixação de Cláusula de Raio nos contratos de grandes *Shoppings Centers*. Dentre eles, o mais icônico é o do Iguatemi da cidade de São Paulo-SP, que além de já ter exaurido as instâncias administrativas, se encontra na segunda instância do poder judiciário, na justiça federal, sendo passível de análise em ambas esferas, ainda mais por cada uma ter decidido de uma maneira.

A análise deste caso prático deixa clara a complexidade do conflito entre os princípios da liberdade contratual presente nesta modalidade com os princípios da livre concorrência e da livre iniciativa, podendo ter interpretações válidas para ambos os lados, como ocorreu nesse notório e marcante caso.

3.1 O CADE contrário à cláusula de raio

Em 05 de novembro de 1997, foi iniciado no CADE o processo administrativo nº 08012.006636/1997-43 para apurar a possível abusividade da cláusula contratual que proibia os locatários de ter outro estabelecimento no mesmo ramo de atividade em um raio de 2.500m, como dito nas Normas Gerais das Locações do Condomínio *in verbis*:

³⁴ FORGIONI, Paula A. **Os fundamentos do antitruste**. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 2014, 7 ed., p. 134

5.9. Os locatários não poderão ter outro estabelecimento (sede ou filial) dedicado ao mesmo ramo de atividade por ele exercida nos respectivos SUC dentro de um raio de 2.500m (dois mil e quinhentos metros), contados do centro do terreno do *Shopping Center*, salvo autorização expressa da administração.

Tal processo de iniciou com a representação feita pela Procuradoria Geral do CADE - PROCADE perante a Secretaria de Direito Econômico, em 16.10.1997, contra o Condomínio *Shopping Center Iguatemi*. A representação partiu da apreciação da "Consulta" nº 22/97 encaminhada pela Associação dos Lojistas de *Shopping* do Estado de São Paulo, em 18.04.1997, solicitando o posicionamento do CADE quanto à imposição do raio acima citado.

A Procuradoria Geral do CADE pediu apuração de fatos no processo judicial, uma ação de despejo, prévio entre a loja Forum e o *Shopping Iguatemi*, onde o despejo por descumprimento de tal cláusula foi considerado incabível em primeira instância, mas em segunda instância foi provido o recurso do *Shopping* com base em pressupostos legais da concorrência como modalidade de licitação, ao invés do Direito da Concorrência em si.

Em sua primeira defesa no processo administrativo, o *Shopping Iguatemi* alegou a impossibilidade de se analisar uma norma *per se* no ordenamento jurídico pátrio, devendo ser analisado todo o contexto social e econômico a qual a norma está inserida. Defende que a cláusula de raio protege o “fundo de comércio global dos *shoppings*”, sendo a mesma estabelecida de comum acordo entre as partes e sendo tal atitude amparada pela ampla liberdade de estipulação de cláusulas desta modalidade contratual. Cita a doutrina de Fábio Konder Comparato, que dentre os vários parágrafos utilizados, se deve frisar um em especial:

As regras definidoras da política comercial comum devem constar do regulamento interno, sendo que, justamente em função dessa política comercial comum e com obediência às regras legais pertinentes, o mesmo regulamento interno pode fixar normas disciplinadoras das atividades concorrentes ("l'aménagement des activités concurrentes"), assim como "a determinação das atividades anexas que podem ser exercidas por cada membro em concorrência com as dos demais membros do centro comercial" (art. 10).

Ora, é exatamente esse esquema, resultante da prática universal dos *shoppings centers*, que é aplicado no Brasil, mesmo na ausência de lei específica. Aqui, como em quase todas as atividades que constituem a matéria própria do direito empresarial; a legislação limita-se a sancionar ou consagrar a experiência criadora dos próprios comerciantes.

As regras de não-concorrência, estabelecidas nos regimentos internos dos centros comerciais, correspondem a uma limitação convencional indireta de concorrência, isto é, uma obrigação acessória em contrato que não tem por objeto principal a regulação da concorrência. Os lojistas estipulam entre si, ou entre eles e os proprietários do conjunto imobiliário, um contrato de exploração do *shopping center* prevendo a utilização ordenada das áreas comuns.

Acessoriamente, estabelecem limites convencionais à concorrência, dentro do centro comercial ou externamente, em relação ao centro como um todo.³⁵

Também juntou aos autos contratos padrões dos maiores *Shoppings* da cidade de São Paulo, alegando que é prática comum entre todos o estabelecimento de tal cláusula. Ainda nessa linha, pediu que houvesse litisconsórcio passivo entre todos os *Shoppings Centers* que adotam esta cláusula em seus contratos de locação.

Ao se manifestar, obviamente a Associação de Lojistas do Estado de São Paulo argumentou de maneira contrária à cláusula, afirmando a intenção do *Shopping* de limitar a concorrência em suas proximidades, estabelecendo uma reserva de mercado.

Em nota técnica da SDE que finalizou a instrução processual, logo antes das alegações finais, algo muito interessante foi abordado. Ao se fazer um estudo para saber quais dos *Shoppings* concorrentes do Iguatemi eram afetados pela cláusula de 2.500m de raio, constatou-se que somente o *Shopping Eldorado* estava dentro do definido raio, o que acaba por questionar se tal estipulação é mesmo uma afronta à livre concorrência entre os *Shoppings* paulistas (página 970).

Futuramente, o *Shopping Eldorado* entrou como terceiro interessado no processo, no ano de 2007, inclusive peticionando para expor ao CADE que o *Shopping Iguatemi*, nos anos de 2006 e 2007, estava estabelecendo contratos com novos lojistas e estipulando cláusulas de raio de 3.000m e até 5.000m, o dobro do originalmente planejado e estipulado na época da abertura da ação, em 1997 (página 1560).

Em maio de 2007, em continuidade com tratativa iniciadas nas audiências, o *Shopping Iguatemi* apresentou uma proposta de Termo de Compromisso de Cessação ao CADE, visando encerrar de vez os conflitos

³⁵ COMPARATO, Fábio Konder. **As Cláusulas de Não-concorrência nos “Shopping Centers”**. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, n. 97 (jan./mar. 1995). São Paulo: RT. p. 26/27

quanto ao estabelecimento da cláusula. Dentre as propostas, uma delas envolve a fixação de um raio de no máximo 1.000m para cerca de 90% das lojas do local, com 10% podendo ter fixação livre (página 2581).

Em setembro de 2007, foi prolatada decisão do conselheiro-relator Luiz Fernando Rigato Vasconcellos quanto ao processo, que teve a seguinte ementa:

EMENTA: Processo Administrativo. Imposição de cláusula de raio aos lojistas nos contratos de locação comercial do Shopping Center Iguatemi. Irrazoabilidade. Conduta tendente ao fechamento do mercado relevante de shopping centers de alto padrão, configurando infração à ordem econômica, nos termos do art. 21, IV e V, c/c art 20, I da Lei 8.884/94. Reincidência. Determinada cessação da prática e retirada das cláusulas de todos os contratos em curso. Multa sobre faturamento e demais determinações, nos termos do art 23, I e parágrafo único, art. 24, I, c/c art. 27 da mesma lei. (BRASIL. CADE. Processo nº 08012.006636/1997-43. Set., 2007)

No voto, o mesmo recusou a proposta de TCC (Termo de Compromisso de Cessação) apresentada pelo *Shopping Iguatemi*, condenando-o por violação aos artigos 20, I e 21, IV e V da já revogada Lei 8.884/94, que preconizavam:

Art. 20. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: (Revogado pela Lei nº 12.529, de 2011).

I - limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa;
[...]

Art. 21. As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no art. 20 e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica; (Revogado pela Lei nº 12.529, de 2011).

IV - limitar ou impedir o acesso de novas empresas ao mercado;

V - criar dificuldades à constituição, ao funcionamento ou ao desenvolvimento de empresa concorrente ou de fornecedor, adquirente ou financiador de bens ou serviços;

O Iguatemi foi obrigado a retirar as cláusulas de raio de seus contratos com os lojistas, ou ao menos enviar carta formal para cada um deles avisando que não iria mais cobrar o cumprimento desta cláusula contratual. Também foi condenado a pagar multa de 2% sobre o faturamento do ano anterior, em dobro, por alegada reincidência de atitude restritiva aos preceitos constitucionais, por já ter sido condenado previamente por imposição de

cláusula de exclusividade aos lojistas em um prazo inferior a 5 anos entre ambos, aplicando os artigos 63 e 64 do Código de Processo Penal. No acórdão, foi seguido o voto do relator. Foram opostos Embargos de Declaração pelo Iguatemi, que recebeu provimento em alguns tópicos para que os mesmos fossem melhor esclarecidos.

3.2 O poder judiciário a favor da cláusula de raio

Após a sentença administrativa que condenou o *Shopping Iguatemi* a pagar multa e retirar a cláusula de raio dos seus contratos com os locatários, o mesmo ingressou com ação ordinária com pedido de antecipação dos efeitos da tutela para que, basicamente, a justiça federal declarasse como nula a decisão proferida pelo CADE.

Inicialmente, foi acatado o pedido liminar de suspensão da decisão proferida administrativamente, deixando em aberto a possibilidade de cobrança dos efeitos definidos previamente.

Na sentença proferida pelo juízo federal, o mesmo indeferiu o requerimento de produção de provas feito pelo Iguatemi, alegando procrastinação caso as mesmas fossem deferidas. Da mesma maneira, concordou de forma praticamente unânime com tudo que foi decidido em sede administrativa, no CADE, mantendo a sentença e as condenações definidas no Conselho, inclusive a multa em dobro por reincidência, se baseando no artigo 63 do Código Penal, retirando também a prévia decisão liminar de suspender os efeitos da decisão administrativa.

Posteriormente, foi deferido pedido do Iguatemi para substituir a garantia prestada nos autos, passando de fiança bancária para seguro garantia.

Em sede recursal, foi decidido que o indeferimento da produção de provas era incabível, pois as mesmas já haviam tido o aval para serem produzidas, além de terem sido produzidas e protocoladas no processo antes mesmo da sentença, para posteriormente ter sido decidido pela sua desnecessidade. Assim, a sentença foi anulada e os autos remetidos ao juízo inicial para que se faça a devida análise pericial e novo julgamento.

Nessa remessa, o juiz em sentença mudou seu entendimento, pendendo para as ideias ditas pela SDE em sede administrativa de que a

imposição de cláusula de raio pelo *Shopping Iguatemi* não afrontava os princípios constitucionais da livre iniciativa e o da livre concorrência, por não ter alcance suficiente para atingir todos os *Shoppings* paulistas com os quais o Iguatemi concorre, somente o Eldorado, além de que a cláusula é um estabelecimento feito de comum acordo entre partes capacitadas, que buscam os mesmos interesses ao se unirem na organização de um *Shopping*.

3.3 Síntese dos divergentes entendimentos

O processo de âmbito administrativo, quando confrontado com o de âmbito judicial, dá um contraste de entendimentos forte entre as duas searas, o que também fortifica a ideia de que os dois lados tem argumentos fortes o suficiente para gerar uma discussão plausível para ambas opiniões.

Enquanto no âmbito administrativo, somente após 10 anos de discussão desde o início da análise do caso Iguatemi se deu decisão por parte do então conselheiro-relator Luiz Fernando Rigato Vasconcellos, a qual foi seguida no Acórdão final. Apesar de a SDE ter decidido em parecer prévio que a imposição de cláusula seria concorrencialmente válida, pois, no raio estabelecido, somente o *Shopping Eldorado* dentre os centros comerciais de luxo paulistas se afetava pela cláusula, o relator entendeu que poderia se caracterizar “reserva de mercado” a atitude do *Shopping* ao estabelecer cláusula de raio aos seus lojistas. O CADE acabou por entender que tal estipulação é uma violação à livre iniciativa, indo contra os incisos do artigo 36 da Lei 12.529/11 que falam do mesmo.

Já no recurso para o judiciário, a decisão final apoiou os argumentos contrários, de que não violava os princípios constitucionais e nem se caracterizava como reserva de mercado, indo muito na linha de entendimento do parecer da SDE em sede administrativa.

Considerações finais

Assim, o dilema da imposição de cláusula de raio em contratos de *Shoppings Centers* segue em aberto. Sem nenhuma decisão definitiva de órgãos superiores quanto à sua validade, segue um tema aberto a discussões e posicionamentos. O conflito segue sem fim, após tantos e tantos anos em pauta, em grande parte, pois os argumentos de ambos os lados são

fortíssimos. Enquanto um lado defende a liberdade contratual de um instituto sem grandes regulações, que é o contrato desses estabelecimentos comerciais, bem como a defesa do *tenant mix* organizacional de todo o centro comercial, o outro postula em favor de direitos fundamentais previstos em nossa carta magna, que podem ser considerados como limitados com tal cláusula presente no contrato.

A manutenção da organização do centro comercial tem sim sua importância. Todo um sistema montado pensando-se em atrair clientes não só para uma loja em si, mas para o *Shopping* como um todo, não poderia ter tal esquema burlado por algum lojista ambicioso que aproveite de tudo isso para transferir a clientela do seu ramo para os arredores do local.

Da mesma forma, o *Shopping* é indiscutivelmente o lado forte da relação contratual. Se excepcionando certas lojas-âncora de marca renomada que conseguem ter um peso tão grande quanto o do empreendedor do *Shopping*, a maior parte é mais fraca e, se o estabelecimento dita as regras, restam as opções de aceitar ou procurar outro lugar para instalar sua loja. Tal uso do poder deve sempre ser observado de perto pela autoridade antitruste, pois a linha é muito tênue entre o necessário e o abusivo.

Há grande probabilidade de essa discussão ser levada em breve para o Supremo Tribunal Federal, que irá pacificar a matéria da maneira como os ministros acharem cabível.

Tem-se até o momento uma prevalecente definição prévia: a análise do caso concreto. Como ambos os argumentos são fortes, a análise do caso em si deve ser feita em conjunto com um estudo da região e dos possíveis afetados pela cláusula, para se dizer se a mesma se mantém como um instrumento contratual que somente protege o planejamento do centro comercial, ou se o mesmo passa desse limite e invade a seara da livre iniciativa e da livre concorrência.

Referências:

BASÍLIO, José Augusto. ***Shopping centers***. Rio de Janeiro, Renovar, 2005.

BRASIL. **Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm.
Acesso em: 18 abr. 2019.

COMPARATO, Fábio Konder. As Cláusulas de Não-Concorrência nos "Shopping Centers". **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo, ano XXXIV, n.97, jan./mar. 1995

CRISTOFARO, Pedro Paulo Salles. As cláusulas de raio em shopping centers e a proteção à livre concorrência. **Revista de Direito Renovar**. Vol. 36, set./dez., 2006.

DE SOUZA, Leonam Machado. **Efeitos da cláusula de raio nos Shoppings Centers**. 1 ed.. Rio de Janeiro: Gramma, 2015

ENEDINO DAS CHAGAS, Edilson. **Direito Empresarial Esquematizado**. 4 ed. Brasília, DF: Editora Saraiva Jur, jan./2017.

FERREIRA, Renata da Silva. **A cláusula de raio nos contratos de Shopping Center**. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

FORGIONI, Paula A. Os fundamentos do antitruste. **Editora Revista dos Tribunais**. São Paulo, 2014, 7 ed.

GOULD. D, PASHIGIAN, B. P. e PRENDERGAST, C. **Contracts, Externalities and Incentives in Shopping Malls**. Review of Economics and Statistics. 2005. Vol. 87, No. 3.

Histórico do CADE. Disponível em: <http://www.cade.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/historico-do-cade>. Acesso em: 15 nov. 2018.

KARPAT, Ladislau. **Locação em Geral e Aluguéis em Shopping Centers**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

MISES, Ludwig Von. **O mercado**. Editora José Olympio/Instituto Liber.

OLIVEIRA, Sônia dos Santos. **O Princípio da Livre Iniciativa**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 4, nº 147. Disponível em: <https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/851/o-principio-livre-iniciativa>. Acesso em: 12 nov. 2018.

PAGANELLA, Marco Aurélio. A Constituição, o princípio da livre concorrência e o sistema de mercado dual ou misto. **Revista Jus Navigandi** ISSN 1518-4862, Teresina. Ano 9, n. 222, 15 fev. 2004. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4823>. Acesso em: 18 abr. 2019.

RAGAZZO, Carlos E. J. **Notas introdutórias sobre o princípio da livre concorrência**. SCIENTIA IURIS, Londrina, v. 10, 2006

SALES, Fernando Augusto. Novos rumos do Direito Empresarial brasileiro: a Lei nº 12.529/2011 e a defesa da concorrência. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3141, 6 fev. 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/21030>. Acesso em: 18 abr. 2019

SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. **Direito da concorrência e obrigação de contratar**. Rio de Janeiro; Elsevier, 2009.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

TEIXEIRA, Samuel Araújo. **As funções do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Breve estudo sobre o poder-dever de atuação preventiva e repressiva do CADE em face dos atos que violam a ordem econômica**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina. [Ano](#) 22, n. 5173, 30 ago. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/60089>. Acesso em: 18 abr. 2019.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer primeiramente à Deus e aos amigos do plano superior por toda a ajuda nesses cinco anos, sempre essencial nos momentos mais difíceis.

À minha amada família, que sempre me ajuda a tomar minhas decisões e seguir o caminho correto para me tornar um grande homem e um grande profissional.

Aos meus queridos amigos de faculdade, que durante cinco anos fizeram a jornada ser extremamente divertida e prazerosa. Obrigado por todo o apoio que sempre demos uns aos outros, do moral aos materiais de estudo.

À minha namorada, por ser minha melhor amiga de todas as horas.

Ao meu orientador, Professor Humberto, que topou me ajudar de última hora em um momento de tanta pressão e desespero sobre mim. Assim como uma das mais queridas amigas da faculdade, Ana Luiza Nicolini, por ter me ajudado com toda a formatação deste trabalho quando mais precisei.

